

Síntese do Relatório de Avaliação

Segunda Edição do Conselho de Cidadãos de Lisboa



Fonte: Equipa ICS (fotografia tirada durante a sessão deliberativa no dia 25 de março de 2023)

Autor: Roberto Falanga
Com a colaboração de: José Santana Pereira e Camila Costa
Lisboa, agosto de 2023

Enquadramento

O Conselho de Cidadãos de Lisboa (CCL) representa a primeira experiência deliberativa organizada à escala local por uma autarquia em Portugal. A segunda edição do CCL foi lançada, através dos canais oficiais da Câmara Municipal de Lisboa (CML), em fevereiro de 2023. A segunda edição do CCL decorreu, através de uma sessão deliberativa presencial, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lisboa, nos dias 25 de março e 1 de abril de 2023. O executivo da CML definiu “a cidade dos 15 minutos” como tema em foco nesta segunda edição. Tendo como referência o trabalho desenvolvido por Carlos Moreno e a sua equipa. O Executivo enquadrou este exercício de deliberação no âmbito da necessidade, percebida pela população, para que os serviços essenciais fiquem cada vez mais próximos e acessíveis.

No que diz respeito ao processo de amostragem, à semelhança do que aconteceu com a primeira edição, a CML contou mais uma vez com a experiência do Fórum dos Cidadãos, uma das entidades parceiras externas contratadas pela CML. O Fórum dos Cidadãos foi responsável pela realização do sorteio aleatório e estratificado do conjunto de cidadãos inscritos com base em seis critérios: (i) género; (ii) data de nascimento; (iii) freguesia de residência; (iv) situação profissional; (v) escolaridade; e (vi) nacionalidade. O processo de amostragem foi realizado através de uma ponderação efetuada entre a base de inscritos criada em 2022 e encerrada no dia 8 de março de 2023 (n=585) e a base de destinatários das 20 mil cartas enviadas pela CML e que confirmaram a sua intenção de participar no CCL (n=190). Adicionalmente aos 50 cidadãos sorteados, foram convidadas três pessoas selecionadas aleatoriamente por associações locais que trabalham com grupos sub-representados em Lisboa¹. O sorteio efetuado pelo Fórum dos Cidadãos respeitou a política de privacidade da CML, e desta forma a partilha de dados sobre os inscritos foi realizada através da pseudonimização dos dados primários única e exclusivamente com as equipas do Fórum dos Cidadãos e do ICS-UL².

Através da ficha de inscrição e questionários de avaliação, foram inquiridos vários elementos de carácter sociodemográfico dos participantes.

i. Nacionalidade

Nesta segunda edição do Conselho de Cidadãos de Lisboa, participaram 48 indivíduos, dos quais 44 possuem nacionalidade portuguesa, dois são nacionais de outros Estados-membros da União Europeia (Espanha e Itália) e os restantes dois de países de língua oficial portuguesa (Brasil e Cabo Verde). A proporção de não nacionais no grupo de participantes (12 por cento) é similar à encontrada na população residente no município de Lisboa (10 por cento), de acordo com os Censos de 2021.

¹ O sorteio foi realizado no dia 10 de março de 2023 e transmitido em *streaming* pela CML (link: <https://www.lisboa.pt/actualidade/noticias/detalhe/estao-selecionados-os-50-participantes-no-2o-conselho-de-cidadaos>). Convém realçar que, juntamente aos 50 sorteados “efetivos”, foram sorteados mais 50 cidadãos “suplentes” para o caso de haver desistências ou impossibilidades de participar nos dias indicados. Para os fins da avaliação e investigação, foi criada ainda uma terceira amostra de cidadãos, conforme descrito no parágrafo 5 “Análise dos inquiridos”.

² O Município de Lisboa é depositário dos dados primários recolhidos através da inscrição dos cidadãos e responsável pelo seu tratamento de dados para fins de amostragem, análise estatística e investigação (consentimento (al. a) do n.º 1, do art.º 6.º do RGPD) e art. 31.º do RGPD). O Fórum dos Cidadãos e o ICS-UL são destinatários dos dados secundários, após a sua pseudonimização, salvaguardando-se as finalidades acima especificadas. Para mais informações: <https://cidadania.lisboa.pt/inscricao-no-conselho-de-cidadaos>; <https://www.lisboa.pt/politica-de-privacidade>

Figura 1 - Nacionalidade (%)

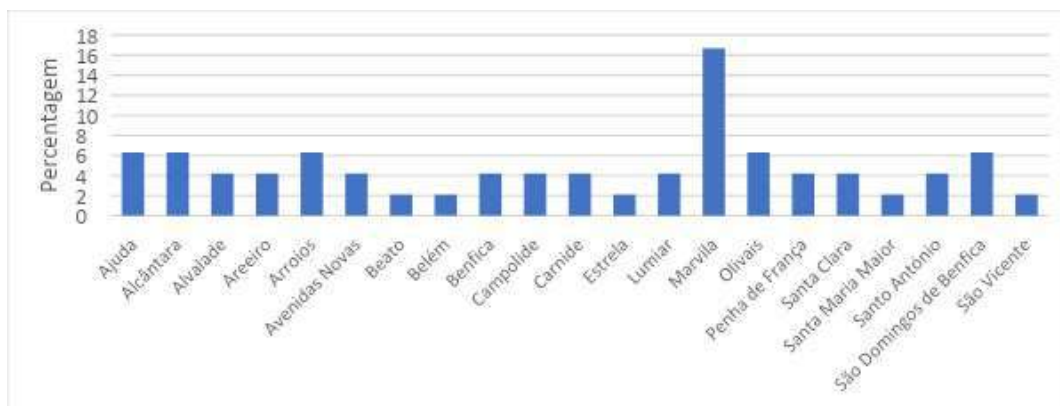


Fonte: Ficha de inscrição (DRMP/CML)

ii. Freguesia de residência

Os participantes residem em 21 das 24 freguesias do concelho de Lisboa, não tendo tido representação neste Conselho de Cidadãos as freguesias de Campo de Ourique, Misericórdia e Parque das Nações. A distribuição dos participantes de acordo com a freguesia de residência está em linha com o peso de cada freguesia na população de Lisboa, com uma notável exceção: 17 por cento dos participantes vivem em Marvila, freguesia que agrega, de acordo com os Censos de 2021, apenas cerca de 6 por cento da população do concelho.

Figura 2 - Freguesia de Residência

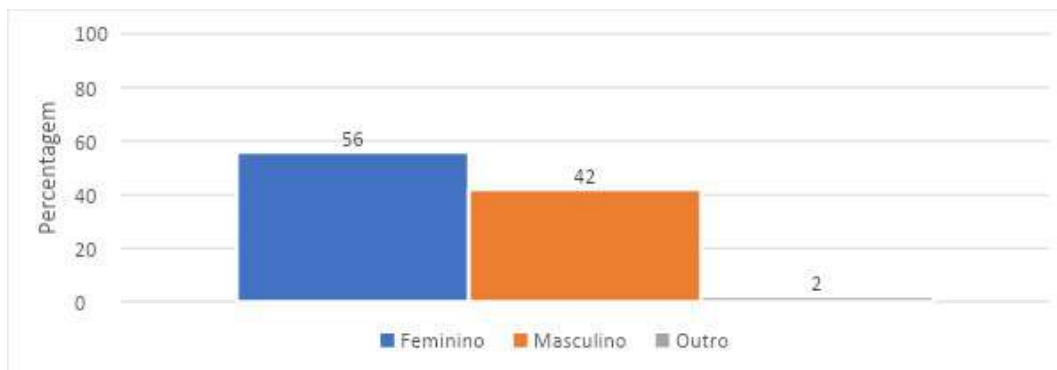


Fonte: Ficha de inscrição (DRMP/CML)

iii. Género

No que diz respeito ao género, 56 por cento dos participantes são do sexo feminino, e um declarou não se identificar com as categorias masculino/feminino. A predominância de mulheres no grupo de participantes acompanha a tendência identificada na população de Lisboa como um todo, 53 por cento da qual é composta por indivíduos do sexo feminino, de acordo com os Censos de 2021.

Figura 3 - Género

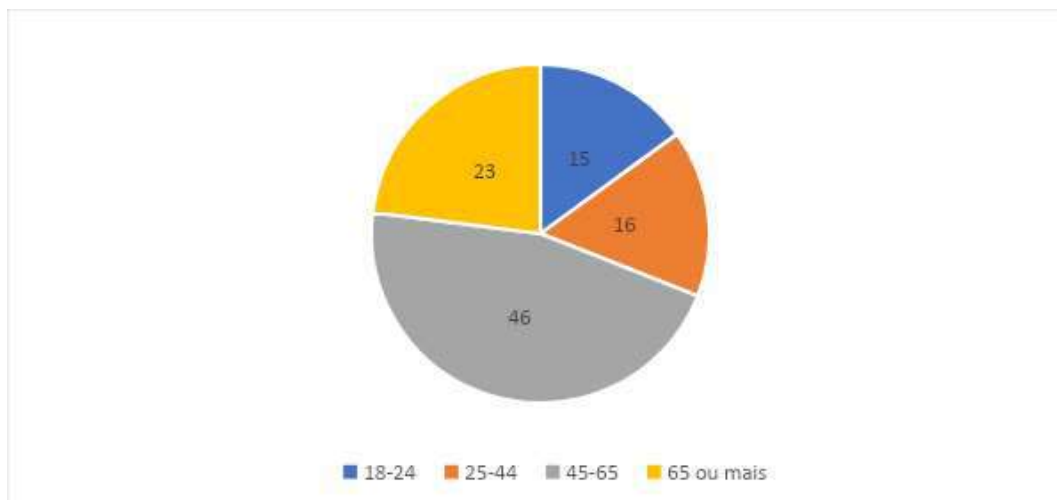


Fonte: Ficha de inscrição (DRMP/CML)

iv. Idade

A idade média dos participantes é de 50 anos, sendo que o participante mais novo tem 18 anos e o mais idoso 80 anos de idade. Como é possível verificar na Figura 4, 15 por cento dos participantes têm entre 18 e 24 anos, 16 por cento entre 25 e 44 anos, 46 por cento entre 45 e 65 anos e os restantes 23 por cento entre 65 e 80 anos. Há, assim, em relação à população do concelho de Lisboa com mais de 18 anos, uma modesta sub-representação dos jovens adultos (25-44 anos, que representam cerca de 33 por cento dos residentes em Lisboa, numa estimativa feita com base nos Censos de 2021) e uma equivalente sobre-representação dos adultos (45-65 anos, que, com base na mesma estimativa, correspondem a 29 por cento dos residentes no município).

Figura 4 - Idade (% em cada faixa etária)



Fonte: Ficha de inscrição (DRMP/CML)

v. Escolaridade

Quanto à escolaridade, 46 por cento dos participantes têm habilitações ao nível do ensino superior, 35 por cento ao nível secundário ou pós-secundário e 19 por cento frequentaram a escola até ao terceiro ciclo. Há, em relação à população de Lisboa, uma sub-representação dos indivíduos menos escolarizados, com habilitações até ao terceiro ciclo (correspondentes a 37 por cento da população em 2021) e uma sobre-representação daqueles com níveis médios de instrução (entre os residentes de Lisboa, apenas 22 por cento possui habilitações literárias ao nível secundário ou pós-secundário).

Figura 5 - Escolaridade

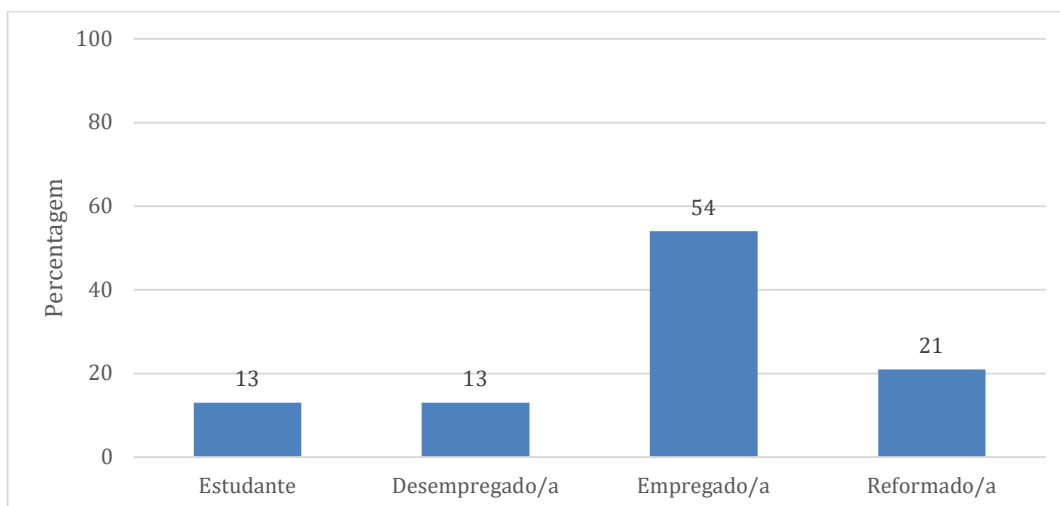


Fonte: Ficha de inscrição (DRMP/CML)

vi. Situação perante o trabalho

No que diz respeito à situação perante o trabalho, podemos ver na Figura 6 que 13 por cento dos participantes são estudantes (valor ligeiramente superior ao da proporção de estudantes na população adulta de Lisboa em 2021: 8 por cento) e 21 por cento reformados (contra 25 por cento entre os adultos residentes em Lisboa). Dos restantes 67 por cento, 13 por cento declararam estar atualmente desempregados (quase o triplo dos lisboetas desempregados em 2021 = 5 por cento). As proporções de empregados no grupo de participantes (54 por cento) e entre a população adulta de Lisboa (50 por cento) são bastante equivalentes.

Figura 6 - Situação perante o Trabalho

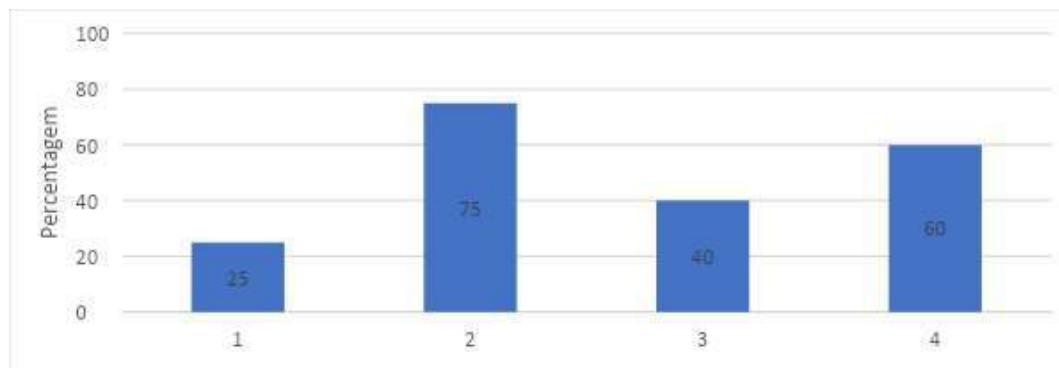


Fonte: Ficha de inscrição (DRMP/CML)

vii. Participação em iniciativas anteriores e conhecimento do modelo do Conselho de Cidadãos

Por fim, três em cada quatro participantes do Conselho de Cidadãos nunca tinham tomado parte num processo de participação fomentado pela Câmara Municipal de Lisboa. Quanto aos restantes 25 por cento, a maioria refere ter-se envolvido no Orçamento Participativo de Lisboa, quer como proponente, quer como votante. O programa Bip/Zip foi também mencionado por dois participantes. Para além disso, 60 por cento dos participantes não conhecia o modelo de participação do Conselho de Cidadãos antes de nele tomar parte.

Figura 7 - Participação em iniciativas anteriores e conhecimento do modelo do Conselho de Cidadãos



Fonte: Inquérito Pré-Conselho de Cidadãos.

Síntese do Relatório de Avaliação

O Relatório de Avaliação foi elaborado por Roberto Falanga, Investigador Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e responsável pela avaliação da segunda edição do Conselho de Cidadãos, com a colaboração de José Santana Pereira (ISCTE-IUL) e Camila Costa (ICS-UL). Os critérios de avaliação que orientaram a avaliação seguiram as recomendações da OCDE nesta matéria, assentando em três fases principais: preparação e planeamento; deliberação e resultados; caminhos para o impacto. A operacionalização dos critérios foi assegurada através da aplicação de uma abordagem mista, que combinou métodos quantitativos e qualitativos conforme se apresenta ao longo do mesmo.

No que diz respeito à **preparação e planeamento** da segunda edição do CCL, cabe ainda realçar que a CML convocou uma reunião da Comissão Consultiva, composta por membros nomeados pelo Executivo, no dia 13 de janeiro de 2023, com o intuito de juntar profissionais nacionais e internacionais, com o objetivo de: divulgar os resultados principais da primeira edição; reunir recomendações sobre aspetos a melhorar relativos à segunda edição do CCL; e dar maior visibilidade ao CCL no país e internacionalmente.

Tabela 1 - Lista de entidades convidadas no primeiro encontro da Comissão Consultiva

Nome da entidade	Tipologia	Âmbito
U- Católica / IEP	Académica	Nacional
ISCSP – UL	Académica	Nacional
FCSH – UNL	Académica	Nacional
Fundação Gulbenkian	Fundação	Nacional
FFMS	Fundação	Nacional
FIDE	Sociedade civil	Internacional
OCDE	Governamental	Internacional
Comissão Europeia	Governamental	Internacional
Transparência & Integridade	Sociedade civil	Nacional
ISCTE	Académica	Nacional
Observatório Político	Académica	Nacional
Missions Publiques	Sociedade civil	Internacional
Democratic Society	Sociedade civil	Internacional
Conselho da Europa / World Forum for Democracy	Governamental	Internacional
Good Lobby	Sociedade civil	Internacional
Public Agenda	Sociedade civil	Internacional

Sortition Foundation	Sociedade civil	Internacional
Deliberativa.org	Sociedade civil	Internacional

A coordenação interna foi considerada como positiva, destacando-se em particular o papel da Divisão da Participação, na capacidade em dar resposta e acompanhar os pedidos das entidades envolvidas no consórcio. No entanto, o tempo para garantir uma preparação de qualidade, foi referido por muitos dos entrevistados, como curto. A divisão do trabalho entre a CML e as entidades externas – Fórum dos Cidadãos, ICS-UL e equipa de facilitação “Wonder Chapter.” – foi percebida como mais clara, em relação à primeira edição, sendo, no entanto, referidos alguns problemas de coordenação com os serviços convidados a integrar a “Biblioteca Ambulante”, composta por técnicos camarários de diversas unidades, ao longo da sessão deliberativa. No que concerne à autonomia e independência, confirma-se o respeito que a CML tem para com as entidades externas no desempenho das suas funções, sem registo de qualquer intromissão de carácter político. O tema da “cidade dos 15 minutos”, proposto pelo Executivo da CML, foi apreciado positivamente pelo consórcio organizador, contudo, foram levantadas algumas críticas sobre a sua abrangência e nível de abstração. A subdivisão do tema em cinco blocos temáticos foi considerada, por algumas entidades, como um fator de dificuldade acrescida, pela circunstância da sua natureza ser preeminentemente concetual. Outra implicação detetada tem a ver com a natureza do tema, e a da pergunta de partida que, nesta segunda edição, não teve o mesmo papel central como na primeira edição.

A informação providenciada sobre o tema foi mínima, tanto antes como durante a sessão deliberativa, realçando-se, porém, que a estratégia de comunicação, nesta segunda edição, fez referência explícita ao mesmo desde o início. Esta estratégia foi, aliás, apreciada pelas entidades que declararam estar mais bem preparadas. A eficácia da estratégia de comunicação, nesta segunda edição, é realçada pelo Departamento de Marca e Comunicação que refere em entrevista: *“já sabíamos os passos a dar para que as coisas corressem bem, não precisávamos estar envolvidos em todo o processo. Os mecanismos estavam mais definidos e fluidos”*. Foi ainda levada a cabo uma ação propositiva no território, sob a coordenação do DP e do Fórum dos Cidadãos para garantir maior representatividade de grupos sub-representados. A CML garantiu a transparência do processo através da disponibilização de documentação e transmissão ao vivo dos momentos-chave da preparação. Finalmente, a representatividade da amostra de cidadãos selecionados, para a segunda edição do CCL, foi compreendida como mais elevada se comparada à amostra da primeira, bem como mais diversa e, portanto, mais fiel às características da população de Lisboa. A promoção de maior diversidade, na amostra final, acabou por ser um *leitmotiv* desta segunda edição, tendo sido invocada por vários membros do consórcio organizador, bem como pelo próprio PCM, que disse na abertura: *“queremos uma diversidade que representa a verdadeira Lisboa”*. Conforme salientado pela equipa de facilitação no relatório entregue após a sessão: *“a diversidade de características sociodemográficas dos cidadãos foi muito enriquecedora para o processo”* (p. 42).

Sobre a fase de **deliberação e os seus resultados**, destacam-se em primeiro lugar, o papel ativo dos participantes, que perceberam que o seu papel era fundamental para o processo, sentindo-se por isso à-vontade para contribuir para as decisões do grupo, identificar problemas e apontar ideias substantivas para a sua resolução, na perspetiva do melhoramento da cidade. Reconhece-se, igualmente, o elevado valor simbólico dos Paços do Conselho como espaço para acolher a sessão, mas também se destaca um conjunto de limitações relacionados com a logística da facilitação e de acesso. A Vereadora Joana Almeida, primeiro, e os serviços da CML através da “Biblioteca Ambulante”, de seguida, desempenharam uma função central na disponibilização de informação. Os participantes envolvidos consideraram a informação como útil, clara e, em menor medida, suficiente.

Figura 8 - Avaliação da Informação Fornecida

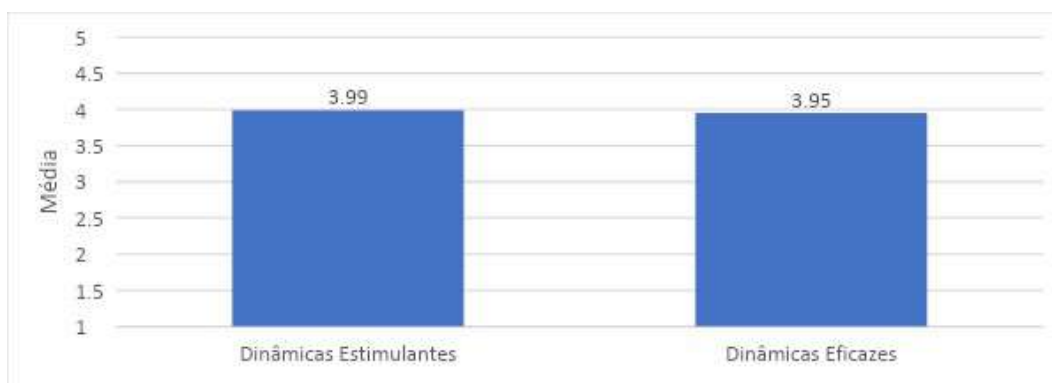


Fonte: Inquérito Pós-Conselho de Cidadãos.

A deliberação foi estruturada em torno de dois macro blocos: desafios – no primeiro dia – e propostas – no segundo dia. Os participantes trabalharam para os dois blocos, a partir de uma lógica semelhante: em primeiro lugar, os participantes, distribuídos em subgrupos, foram convidados a partilhar ideias em *brainstorming*; seguidamente, as ideias acumuladas através da técnica *World Café* foram votadas para cada subtema. No final, atingiu-se o resultado de três ideias mais representativas por subtema. Os grupos foram rotativos e distribuídos aleatoriamente pela equipa de facilitação nos cinco subtemas identificados pela CML. No primeiro dia, a primeira dinâmica baseou-se na questão “O que é que faz falta no vosso bairro? Quais os desafios para aceder ao que necessitam no vosso quotidiano no vosso bairro?”. No segundo dia, os participantes foram informados do propósito do dia: elaborar propostas para cada um dos cinco subtemas, partindo da formulação de soluções detalhadas sucessivamente em propostas.

Muitos participantes avaliaram positivamente a sessão. Destaca-se, a continuação do número elevado de participantes entre o primeiro (n=48) e o segundo dia (n=46). Este dado tem de ser considerado na análise da sessão deliberativa, e pode ser interpretado como um sinal de sucesso da iniciativa da CML, bem como do tema em foco e/ou das dinâmicas propostas pela equipa de facilitação. Durante as dinâmicas, não se observaram tentativas de monopolização da conversa, havendo de forma geral respeito mútuo entre os participantes. A equipa de facilitação tentou evitar que se criassem fações entre os grupos de trabalho garantindo a aleatoriedade da sua composição, bem como a sua rotatividade.

Figura 9 - Avaliação das Dinâmicas usadas pela Equipa de Facilitação

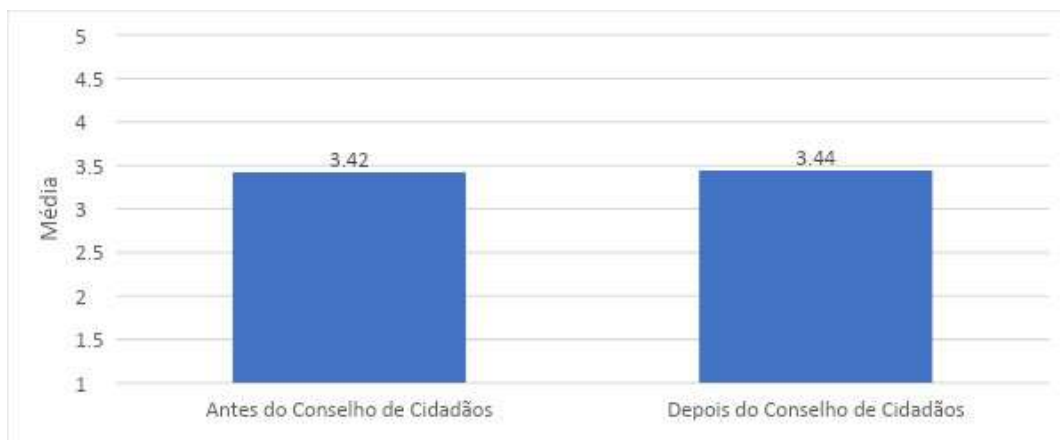


Fonte: Inquérito Pós-Conselho de Cidadãos.

A duração do evento foi avaliada como positiva pelos participantes, enquanto algumas entidades do consórcio organizador apontaram para a possibilidade de estender o número de sessões. No entanto, a gestão das ideias discutidas, ao longo da sessão teve, por vezes, de ser

tratada de forma a suprir a divisão do tema “cidade dos 15 minutos” em cinco blocos temáticos. As dinâmicas propostas pela equipa de facilitação foram avaliadas como estimulantes e eficazes pelos participantes, com destaque para participantes menos escolarizados. A tolerância, a escuta ativa e capacidade de diálogo entre participantes foram pontuadas como positivas, embora poucos participantes tivessem declarado ter mudado de opinião ao longo da sessão, com um terço a relatar que a sua opinião sobre o tema pouco ou nada mudou. Nesta linha, a confiança interpessoal não apresenta diferenças estatisticamente significativas entre o inquérito pré e pós, assim como o interesse e envolvimento com a política.

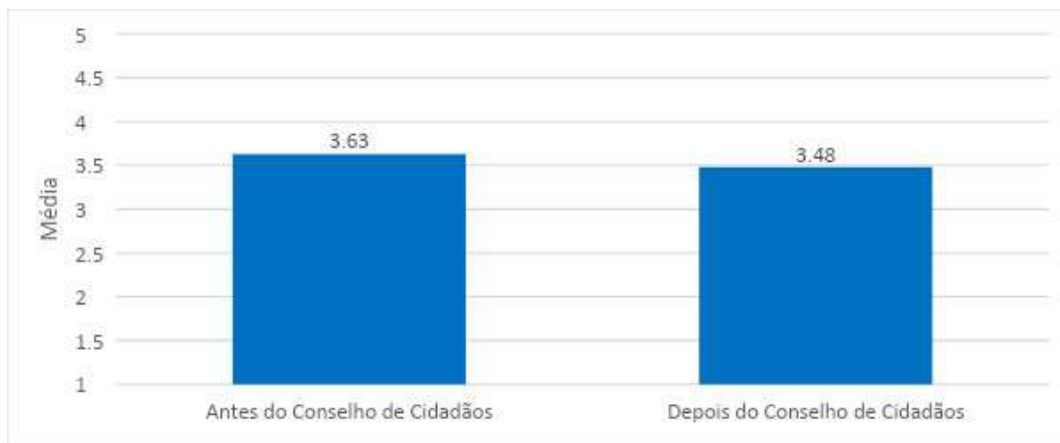
Figura 10 - Confiança Interpessoal



Fonte: Inquéritos Pré-Conselho de Cidadãos e Pós-Conselho de Cidadãos.

No que diz respeito à eficácia política interna, a participação levou a um nivelamento entre grupos com diferentes graus de instrução.

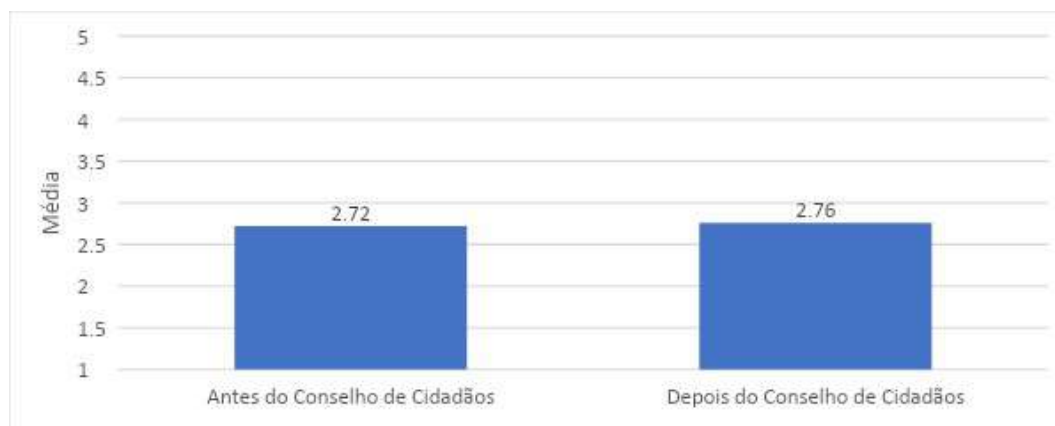
Figura 11 - Eficácia Política Interna



Fonte: Inquéritos Pré-Conselho de Cidadãos e Pós-Conselho de Cidadãos.

A eficácia da política externa, no entanto, mostra que os participantes, com menor instrução e mais jovens, são mais permeáveis aos efeitos do CCL.

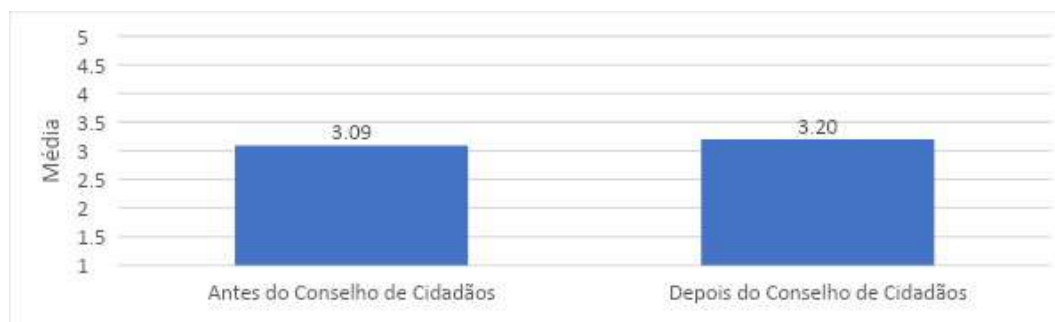
Figura 12 - Eficácia Política Externa



Fonte: Inquéritos Pré-Conselho de Cidadãos e Pós-Conselho de Cidadãos.

A atitude face ao envolvimento dos cidadãos nas decisões políticas encontrou elevada concordância entre os participantes tanto no inquérito pré como pós, e isto com base em níveis baixos de satisfação com a democracia em Portugal, em particular entre os mais velhos. Em Lisboa, a vida democrática é percebida de melhor forma, com destaque para a participação política, em contraste com o funcionamento das instituições democráticas, suportando, por isso, de uma maneira geral a realização de processos participativos.

Figura 13 - Satisfação com a Vida Democrática em Lisboa



Fonte: Inquéritos Pré-Conselho de Cidadãos e Pós-Conselho de Cidadãos.

Seguem as propostas na formulação final apresentada ao PCM:

Mobilidade:

- i. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos melhorar a rede de transportes públicos com horários mais frequentes e alargados, cobrindo o período noturno e com cobertura geográfica capilar. Esse melhoramento deve incluir a conexão entre os diferentes modos de transportes coletivos, garantindo a coordenação entre todos eles. Quando os intervalos entre os transportes são grandes, garantir a coordenação para que não haja períodos de espera muito longos (um devia esperar pelo outro, ex. o barco esperar pelo autocarro e/ou comboio e vice-versa). Para maior capilaridade, usar modos de mobilidade ligeira tais como minibus elétricos, bicicletas e trotinetas. Complementarmente, sugerimos a criação de estacionamento estratégico (de automóveis), dissuasores de mobilidade privada individual (dentro da cidade).
- ii. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos pôr em prática o plano de acessibilidades pedonais de Lisboa, garantindo que os pavimentos estejam preparados para pessoas com mobilidade reduzida, incluindo escadas rolantes e elevadores sempre a funcionar nos transportes públicos.

- iii. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos regular (incluindo seguros obrigatórios) e fiscalizar o uso e estacionamento de bicicletas e trotinetas, garantindo a segurança de pessoas e bens. A fiscalização deve ser dissuasora de usos indevidos. Sugerimos que seja obrigatório o conhecimento do código da estrada para uso de bicicletas e trotinetas. Essa formação pode começar no Ensino Básico das escolas.

Lazer:

- i. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos recuperar e usar edifícios e equipamentos edificados abandonados (tais como o cinema Pathé, coretos, lojas, prisões e edifícios militares) para eventos comunitários, disponibilizados a baixo custo e reserva pela internet. Uma vez recuperados, sugerimos a publicação e divulgação da lista destes espaços disponíveis, para que sejam dinamizados atribuindo-os a particulares ou associações culturais através de concurso público ou sorteio. Deve ser uma prioridade manter estes espaços na esfera pública.
- ii. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos que a entrada em todos os espaços municipais de lazer e cultura seja gratuita a todos os munícipes, tal como acontece no castelo de S. Jorge. Sugerimos também, que sejam criadas parcerias com o Estado para obter descontos nos espaços equivalentes estatais (ex. através de um passe cultural mensal, anual ou por pacotes). Pelo menos um dia por semana a definir, incluindo fins de semana e feriados. Para tornar a cultura e lazer acessíveis e próximos a todos os cidadãos de forma igual.
- iii. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos a criação da figura do “monitor de jardim”, profissão remunerada, responsável pela fiscalização e sensibilização do cumprimento das regras destes espaços verdes. As regras e a contratação devem ser realizadas pelas Juntas de Freguesia. Sugerimos a publicação das vagas para Monitores de Jardim nos centros de emprego locais. O número de monitores deve ser adequado às dimensões dos espaços verdes. Além disso, sugerimos a instalação de sinalética das regras de boa utilização do jardim. Assim os cidadãos têm acesso a espaços de lazer seguros, de proximidade e agradáveis.

Saúde:

- i. Nós o Conselho de Cidadãos, sugerimos que seja feita uma campanha de sensibilização pela higiene urbana - dejetos de animais, lixo comum, resíduos juntos a ecopontos (que devem ser preferencialmente contentores enterrados), etc... Fazendo comunicação TV, rádio, distribuição de folhetos, reuniões entre vizinhos, e sinalização na rua. Deve ser aumentada a fiscalização, com penalização elevada e efetiva, e premiação das melhores equipas de limpeza, para ter uma cidade mais limpa e com melhor saúde pública.
- ii. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos que a CML garanta a requalificação dos edifícios dos Centros de Saúde, melhore a sinalética nas ruas que levam aos centros, acabar com o estacionamento pago junto aos mesmos e garantir melhor articulação dos transportes públicos para os Centros de Saúde para que idosos, famílias carentes e a vasta população possa ter um melhor acesso aos Centros de Saúde.
- iii. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos que a CML em conjunto com as Juntas de Freguesia, privados, IEPP (Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia), levem a cabo ações de sensibilização para o problema da saúde mental. Através de parcerias proporcionar consultas, criar grupos de apoio, dar palestras, debates na TV, ação social, suporte especial para mães/pais, projetos artísticos e educação sexual. Para alertar as pessoas para a temática da saúde mental e a importância de uma vida mais equilibrada.

Comércio e serviços:

- i. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos que a CML em conjunto com o INE e Juntas de Freguesia, realizem em 2024 um mapeamento do comércio e serviços existentes na cidade, bem como um inquérito aos residentes dessas freguesias (para ter um diagnóstico das necessidades), assegurando a disponibilização dos resultados à população (ex. App).
- ii. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos que na sequência do diagnóstico das necessidades, a CML em 2025 publique o plano e regulamento para apoiar a abertura de comércio e serviços

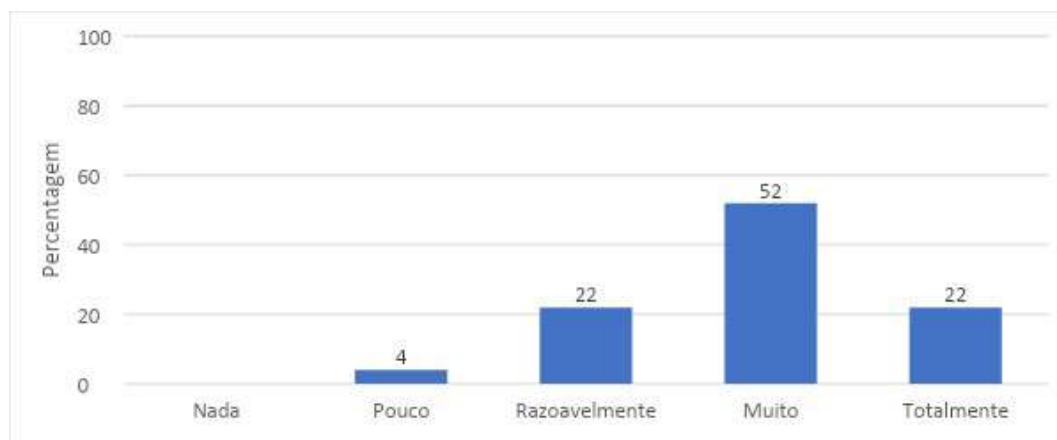
- em cada bairro. Ex. Programas de empreendedorismo; dar preferência aos moradores; Utilizar espaços comerciais ou da CML desocupados; Incentivos fiscais e financeiros (ex. IMI); Dinamizar com iniciativas culturais.
- iii. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos recuperar e disponibilizar a preços acessíveis imóveis da Câmara que estão fechados, devolutos ou abandonados para lojas de comércio e serviços.

Educação:

- i. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos que se crie mais habitação/residenciais para professores e estudantes universitários “deslocados” através da recuperação de edifícios devolutos património da Câmara recuperáveis, próximo de escolas e universidades.
- ii. Nós, o Conselho de Cidadãos, sugerimos que se atribuam benefícios fiscais a quem acolher ou desenvolver residências para professores e estudantes, por exemplo, através de redução do IMI ou IRS, ‘via verde’ para licenciamento de edifícios para arrendamento a estudantes e professores.
- iii. Nós o Conselho de Cidadãos, sugerimos que se crie e divulgue uma rede de espaços (bibliotecas, juntas de freguesia, coletividades, espaços livres...) onde se promovam encontros para partilha de saberes (música, dança, literatura, cozinha...), de um modo intercultural e intergeracional – ex. olimpíadas inter-freguesias, durante as festas da cidade e aberto a todas as gerações.

Globalmente, os participantes exprimem um grau de concordância elevado com as propostas resultantes do processo participativo: a média é de 3,91 numa escala de 5 pontos. De facto, três em cada quatro participantes concordam muito ou totalmente com as propostas acordadas por todos.

Figura 14 - Concordância com as Propostas Finais



Fonte: Inquérito Pós-Conselho de Cidadãos.

Por fim, os **caminhos para o impacto** mostram que o CCL necessita articular-se com outros processos participativos. O seguimento das propostas deve ser salvaguardado, reconhecendo-se a necessidade de uma análise da exequibilidade das mesmas. A eleição de “embaixadores” entre os participantes é encarada como o mecanismo principal para o acompanhamento e o escrutínio. Os embaixadores devem garantir o diálogo com a CML, bem como com outros participantes, e terem informação técnica suficiente que lhe permita saber passo a passo o caminho para a realização das suas propostas. A partilha de um calendário de acompanhamento e a publicação da lista de propostas elaboradas pelos participantes no site da CML são sinais de transparência nesta fase do CCL.

Figura 15 - Informação disponibilizada sobre a escolha dos embaixadores da segunda edição do Conselho de Cidadãos de Lisboa

EMBAIXADORES

1. Os embaixadores são **escolhidos diretamente pelos 50 cidadãos** participantes.
2. O seu papel é ser **porta-vozes** das propostas dos cidadãos e falar em nome de todos.
3. Depois do Conselho de Cidadãos, a CML irá convidar os embaixadores a **participar em reuniões de trabalho** para aprofundar as propostas e garantir que a CML mantém sempre presente a vontade dos cidadãos.
4. Os embaixadores devem ter a **vontade e disponibilidade** de participar nestas reuniões e de manter contacto com todos os participantes.



Fonte: Equipa de facilitação “Wonder Chapter.”

A existência deste mecanismo de acompanhamento e escrutínio deve considerar-se como inovadora e positiva por assegurar o diálogo entre participantes e a CML após a sessão. Nesta edição, com base nas recomendações feitas no Relatório de Avaliação da edição anterior, foi ainda partilhada uma agenda de reuniões.

Figura 16 - Informação disponibilizada sobre o seguimento dos trabalhos após a sessão deliberativa



Fonte: Equipa de facilitação “Wonder Chapter.”

Recomendações

<p>Preparação e planeamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A escolha de um tema prioritário em cada edição do CCL pode ser sustentada por fórmulas mais horizontais que permitam o envolvimento alargado da população de Lisboa. Por exemplo, através da disponibilização de uma lista de temas pré-selecionados pelo Executivo em que os cidadãos possam exprimir as suas preferências; - Para além da escolha do tema em foco, o envolvimento da população de Lisboa pode ser ponderado em outras fases do CCL. A abertura do processo de deliberação pode ser feita de várias formas, desde a partilha de informação até à implementação de mecanismos de votação alargada sobre as propostas elaboradas pelos participantes; - Na linha das recomendações acima, recomenda-se ainda a recolha antecipada de sugestões, por parte de todos os cidadãos, através dos canais online, criando-se desta forma uma dinâmica mais interativa entre CML, participantes e não-participantes; - É fundamental garantir que as entidades que integram o consórcio organizador estejam articuladas, para que a preparação de cada edição tenha as condições certas, no sentido de alcançar resultados robustos. Recomenda-se que as entidades sejam incluídas, conforme as tarefas a desempenhar ao longo do processo, através de reuniões regulares, em que seja partilhada, antecipadamente, a agenda de trabalho; - Na linha do referido acima e sem prejuízo de uma distribuição faseada da intervenção das entidades, recomenda-se um período de preparação de cada edição de no mínimo 6 meses. Desta forma, será possível planear e implementar uma estratégia de comunicação que abranja público geral e grupos sub-representados, bem como preparar adequadamente as equipas internas e externas; - Considerando a centralidade da estratégia de comunicação ao longo do processo de preparação, recomenda-se a integração sistemática de ações no terreno, que complementem os meios oficiais, sejam virtuais ou de rua, em todas as freguesias; - Sem prejuízo da recomendação acima, recomenda-se que as ações no terreno tenham em especial atenção os bairros onde habitam grupos da sociedade mais afastados do debate político. Para este efeito, as ações poderão ser diversificadas e adequadas aos grupos destinatários com o fim de os sensibilizar sobre os objetivos do CCL; - Das ações no terreno com grupos mais afastados do debate político, recomenda-se a equação de incluir participantes através de uma discriminação positiva que seja ponderada com a amostra de cidadãos sorteados de forma aleatória. Esta integração deverá ser realizada tendo em conta os dados sociodemográficos da cidade de Lisboa, disponibilizados por fontes oficiais; - O recrutamento dos cidadãos através do envio aleatório de cartas deve ser assegurado por um convite claro e apelativo, com o fim de garantir que todas as pessoas percebam de imediato o seu propósito; - A decisão sobre os tempos de envio deve ser acautelada tendo em consideração a diversidade da população que se pretende envolver.
--	--

	<p>Enquanto o envio pode ser efetuado em tempos relativamente curtos, recomenda-se alargar os tempos de resposta para garantir que todas as pessoas consigam compreender e decidir se aceitam o convite da CML;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A existência de um Conselho Consultivo deve suportar o consórcio organizador no planeamento do CCL. Para o efeito, recomenda-se que o seu envolvimento seja mantido e que se prevejam encontros regulares, antes e após cada edição, de modo a construir um percurso de aprendizagem cumulativa;
<p>Deliberação e resultados</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A participação dos cidadãos selecionados tem de ser possível para todos e, para isto, recomenda-se que seja equacionada uma compensação monetária e/ou de outro tipo (por exemplo em formato de vale ou voucher) aos participantes no CCL; - Um dos elementos-chave das experiências deliberativas é a partilha de um programa de trabalhos, detalhado, dos momentos planeados. Para o efeito, recomenda-se providenciar atempadamente aos participantes informação sobre as dinâmicas previstas ao longo da sessão deliberativa; - Para além de um programa detalhado, e atendendo à escolha efetuada nesta segunda edição sobre a ausência de peritos externos, recomenda-se que, ao manter o formato de Q&A com os serviços da CML, se recupere a presença de especialistas de reconhecido mérito sobre o tema em foco; - Durante a sessão, recomenda-se fornecer materiais informativos complementares e em diferentes formatos (papel, multimédia, etc.) sobre o tema em foco e que possam ser posteriormente disponibilizados ao público em geral, criando assim as condições para o envolvimento de não-participantes; - Na sequência das escolhas efetuadas nesta segunda edição, recomenda-se que cada edição se foque num único tema, evitando a sua segmentação em subtemas, que pode originar constrangimentos no processo de deliberação, dentro de uma malha fechada de tópicos a discutir num espaço de tempo relativamente curto; - O tema em foco em cada edição deve ser compreensível a todos os cidadãos. Para este efeito, recomenda-se a escolha de temas factuais que possam espoletar o potencial deliberativo de argumentação, por parte dos participantes no CCL; - As dinâmicas de uma sessão deliberativa têm de ser adequadas ao tema escolhido e ao perfil de participantes. Conforme observado nesta segunda edição do CCL, a informação factual sobre a composição da amostra é um elemento central que deve ser comunicado atempadamente para o desenho das dinâmicas de facilitação; - As dinâmicas devem contar com a facilitação de uma equipa de profissionais da facilitação que mostrem capacidade de transmitir mensagens claras e inequívocas sobre cada exercício. A equipa deve, aliás, trabalhar de forma coesa garantindo equilíbrio na distribuição de tarefas entre os membros, sem prejuízo de haver um ou mais pivôs, e uniformidade no estilo de facilitação;

	<ul style="list-style-type: none"> - As dinâmicas devem assegurar o equilíbrio entre os momentos de plenário e o trabalho em grupos, de forma a contribuir para um processo de deliberação alargado. Nesta ótica, recomenda-se que o tempo previsto para cada exercício seja adequado e proporcional aos tempos necessários para uma deliberação de qualidade; - Em linha, com o referido acima, as dinâmicas podem utilizar variadas ferramentas para a recolha e partilha de ideias. Recomenda-se, a este respeito, a incorporação de ferramentas digitais sempre que oportuno; - A escolha entre dinâmicas que utilizam ferramentas digitais e outras que utilizam a interação física dentro do espaço deve ser acautelada pela escolha de um espaço adequado a este tipo de exercícios. Recomenda-se identificar novos locais para a realização das futuras edições do CCL; - A metodologia a aplicar numa sessão deliberativa, que pretende abranger a diversidade da população residente em Lisboa, não pode fugir de uma reflexão séria sobre a acessibilidade linguística, que o CCL deve garantir a pessoas que falam outros idiomas. Recomenda-se, portanto, que a publicação de todos os materiais seja acessível e que a equipa de facilitação seja preparada para grupos de participantes que não falam a língua portuguesa; - A duração de uma experiência deliberativa é funcional em relação à qualidade das propostas e/ou recomendações que se pretende entregar. Recomenda-se aumentar o número de sessões, podendo estas ter lugar em diferentes fins-de-semana ao longo do ano, permitindo uma maior absorção e reflexão do tema em foco; - A extensão da duração do CCL poderá permitir, ainda, uma maior abertura entre o grupo de participantes e a população de Lisboa. Para o efeito, podem ser sugeridos momentos auto-organizados de troca pública sobre a deliberação em curso.
<p>Caminhos para o impacto</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A ambivalência entre o que se entende por proposta e recomendação pode representar um problema em fase de deliberação, bem como de análise técnica e financeira por parte da CML. Recomenda-se que se esclareça qual o resultado que se pretende atingir em cada edição do CCL; - A decisão coletiva sobre as propostas/recomendações a apresentar é o momento de charneira entre a deliberação e a abertura de caminhos para o impacto. Para este efeito, recomenda-se que seja garantida a publicação de todas as propostas através dos canais oficiais da CML; - Na linha do referido acima, em conjunto com as propostas, recomenda-se manter a divulgação de matérias em outros formatos, após a sessão, de modo a manter viva a atenção da população sobre este processo de participação; - Os caminhos para o impacto devem basear-se em informação clara e transparente sobre o compromisso da CML, em relação ao seguimento que se pretende dar às propostas/recomendações. Recomenda-se que, para além do cronograma relativo aos encontros com os embaixadores, seja fornecida informação sobre cada fase da análise interna;

- | | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">- A decisão sobre a implementação, alteração ou rejeição das propostas deve ser feita pela CML de forma pública, mantendo participantes e não-participantes a par do seguimento das propostas/recomendações. A incorporação de propostas dentro de planos ou atividades em curso deverá ser anunciada de forma pública e inequívoca;- De forma semelhante, deve-se evitar a associação do CCL a programas e políticas em curso que possam reduzir o potencial criativo deste tipo de processos de participação;- Os embaixadores podem e devem ser consultados ao longo da análise técnica e de implementação das propostas/recomendações, bem como ser convidados para divulgar, junto aos participantes e à população em geral o seguimento dos trabalhos após a sessão;- Finalmente, novos caminhos para o impacto podem ser desbravados através da articulação, entre o CCL e outros processos participativos, criando as bases para uma maior sinergia entre mecanismos que visam, no conjunto, dar um contributo substancial para a democracia local. |
|--|--|